

SEGUNDA TELECONFERÊNCIA DO CURSO DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

1. A captação de recursos para infra-estrutura (melhoria de vias públicas, por exemplo), deveria ser feita através das prefeituras beneficiadas ou pela Associação? Bruno Augusto Falci Ramos - Muriaé – MG

Marcelo Sáfadi:

Recursos para infra-estrutura somente podem ser acessados por entidades públicas.

2. Existe alguma nova proposta, dentre as existentes, que facilite a captação de recursos para projetos de interesse coletivo? Andréa de Cássia Alves Batista Paracatu – MG

Marcelo Sáfadi:

Não existe receita de bolo, cada caso é um caso, um bom projeto que tenha boa aderência de parceiros tem mais chance. É importante olhar os modelos de editais e funções programáticas dos orçamentos, pois é nestes documentos que se encontram os projetos elegíveis.

3. Como pode ser elaborado um Plano Estratégico se não há conhecimento real de toda a região turística? Cláudio Medeiros da Costa - Arraial do Cabo – RJ

Paulo César Arns:

Olá Cláudio,

Parece-me que a tua pergunta pode ser entendida em dois âmbitos: um que se refere a qualquer plano estratégico e, outro, no âmbito do trabalho de conclusão do curso, que é a elaboração de um Plano Estratégico. Respondendo às duas... Evidentemente não há condições de montar um Plano Estratégico sem conhecimento mínimo da realidade. Isto não significa um conhecimento detalhado da realidade (que é desejável, mas nem sempre possível). É ilusão achar que estudos aprofundados consigam abarcar a complexidade da realidade. Sendo assim, o que se busca é que se faça uma leitura da região com a contribuição da leitura dos atores territoriais, com aprofundamentos técnicos, mas de tal forma que a leitura esteja ao alcance dos envolvidos no processo de planejamento. Se for observada esta premissa, então é possível iniciar um planejamento estratégico para uma parte da região, ou com conhecimento ainda limitado da região, visto que o processo de leitura da realidade deve ser refeito periodicamente e, portanto, a leitura da realidade regional vai sendo ampliada de forma processual.

No âmbito do Plano Estratégico, como trabalho de conclusão do curso, creio que temos que entender alguns aspectos:

- Primeiro: que está sendo exigido é que os alunos exercitem os passos do processo de planejamento, sendo assim, não se espera que o aluno vá a campo realizar o trabalho de mobilização, desenvolver oficinas de diagnóstico participativo etc;

- Segundo: o que se busca é que o aluno faça um exercício mental, e perceba a forma de redigir um plano, o que é exigido em cada parte de um plano. Para isto os tutores estão preparados para orientá-lo. Vale observar que eles não terão como averiguar se cada parte do plano está correta para aquela realidade. Pois o tutor não a conhece, mas ele poderá orientá-lo a redigir de forma adequada cada parte do plano;

- Portanto: no exercício de elaboração do plano, evidentemente que o aluno não irá fazer um plano sem um conhecimento mínimo da realidade, por isso ele deve fazer a análise situacional, juntando um conjunto de informações sobre a realidade de intervenção. Isto é possível de ser feito recorrendo a informações secundárias e baseadas no conhecimento que você tem da realidade regional. Este conhecimento pode ser ampliado com algumas entrevistas qualificadas. Obviamente que o resultado disto não pode ser considerado um Plano Estratégico que possa ser apresentados para os atores regionais, mas pode ser um material de apoio aos trabalhos na região.

O mais importante é que cada plano detalhe - na Introdução - a metodologia de trabalho onde podem ser citadas as fragilidades do material apresentado.

Sendo assim, o aluno passa pela aprendizagem de redigir as partes do plano e deixa um material de referência (em formato do Plano).

Creio que é isto...

Abraços, PC

4. Para a regionalização do turismo e para que possamos criar uma Instância de Governança, há um número limitado de municípios que deverão fazer esta integração? Waldemar André Brugnera - Ronda Alta – RS

Paulo César Arns:

Olá Valdemar,

O limite de participantes tem dois aspectos: primeiro, é desejável que os municípios sejam os que compõem a região turística desenhada pelo Programa de Regionalização (você tem o mapa disponível, no AVEA do Curso). No entanto, se no processo de mobilização menos prefeituras aderirem, pode-se iniciar com um número menor de prefeituras. O segundo aspecto refere-se ao número total de participantes, visto que devemos ter representação da sociedade civil e do mercado em nível proporcional.

Portanto, não há um limite de número. Vale o bom senso e as características dos atores locais. Se muitos quiserem participar, não deve ser tolhida esta iniciativa, mas deve-se ajustar o funcionamento para possibilitar a participação. Vejamos, se tenho poucos membros, há uma tendência de melhor funcionamento, mas com risco de perder legitimidade frente ao todo, pois a representatividade pode estar baixa. Se há muitos participantes, tenho legitimidade, mas as coisas podem não funcionar tão bem. Em grupos grandes, a estratégia é formar um grupo maior (fórum, conselho ou similar) que se reúne em períodos mais longos, mas onde as decisões estratégicas sejam tomadas, e estruturar um grupo menor (comitê executivo ou similar) que possa encaminhar as questões decididas no grupo maior.

Espero ter contribuído, abraços, PC

5. Estamos conscientes que um dos maiores problemas que vamos encontrar nas etapas do Plano Estratégico ocorrerá durante o estabelecimento e formalização das parcerias necessárias e essenciais para iniciar a implementação física e financeira dos projetos. Que mecanismos poderemos usar para facilitar essa tarefa? Gislene Salvatierra da Silva - Brasília – AC

Paulo César Arns:

Olá Gislene,

Na Teleconferência busquei enfatizar o aspecto das parcerias como arranjos organizacionais. De fato, não é possível para uma Instância de Governança ser executora de todos os projetos voltados para o turismo numa região. Sendo assim, cada projeto deve ter um arranjo organizacional próprio, trazendo os beneficiários diretos e os prestadores de serviços para um arranjo organizacional. Um projeto de requalificação da recepção do turista para hotéis e pousadas deve ter, no seu arranjo, os beneficiários (hotéis e pousadas), mas também os prestadores do serviço, isto é, aqueles que podem prestar este serviço de requalificação, tais como o SSEBRAE, UNIVERSIDADE, entre outros.

Pode se montar uma matriz de articulação interinstitucional onde inicialmente defino o projeto ou programa e, para cada um, faço as seguintes perguntas: quem são os beneficiários? Quem pode representá-los (de fato, são eles mesmos que devem responder a esta pergunta se querem participar e quem irá representá-los)? Quais são as entidades que podem contribuir com o projeto ou programa? Como elas podem contribuir?

Provavelmente com estas respostas você terá uma boa leitura de quem deve compor arranjo.

O passo seguinte é estabelecer os acordos entre as partes, definindo responsabilidades e registrá-las em acordos de cooperação ou semelhante.

Creio que é isto, abraços, PC

6. Sobre o planejamento, tenho que colocar a realidade do meu estado? E a captação de recursos para projetos, o Ministério do Turismo vai enviar recursos para o Estado de acordo com essa elaboração, se aprovada? Eusilene Sousa Matos - Boa Vista – RR

Marcelo Sáfy:

O ministério não tem certificado de garantia,. Não sei e ninguém pode assegurar que um plano será financiado por Ministério, já que os tempos de maturação de um plano são maiores que a permanência de um governo.

O que posso afirmar é que um plano facilita a aprovação de projetos, pois mostra mais consistência.

7. No que se refere à captação de recursos, teremos acesso a uma lista contendo todos os possíveis financiadores, patrocinadores para os projetos, indiferente de região? Valdístela Caú Silva - Moreno - PE

Marcelo Sáfadi:

Como afirmei na Teleconferência, os nossos google, yahoo, e outros mecanismos de busca podem nos ajudar. Faça um teste com o seguinte texto: recursos para projetos, ou edital pra projetos, ou recursos para projetos de turismo. Você vai ver muitos sites com estas informações.

8. Como construir um plano de trabalho consistente para obtenção de recursos para projetos de capacitação em turismo? Rosana Barbosa de Lima - Fortaleza - CE

Marcelo Sáfadi:

Só o tempo melhora um plano de trabalho, pois cada lugar, ou mesmo cada pessoa analisa um plano com olhar diferente. A prática te leva a usar as palavras certas. Os questionamentos te levam a entender o que os analistas não entendem. Não existe regra, só existe a persistência, que garante que no mínimo você vai melhorar a cada dia.

Para capacitação em Turismo, o próprio MTUR elaborou um manual de elaboração de projetos. Entre em contato com a Diretoria de Qualificação na Secretaria de Programas, pois acho que eles devem ter uma versão.

No mais, é ter objetivos claros, metodologia, entidade de ensino e metas. Estes são parâmetros recorrentes.

9. Sei que existe um modelo de formatação de projetos para serem apresentados ao MTur para captação de recursos. Será disponibilizado este modelo? Pedro Brum - Miguel Pereira - RJ

Marcelo Sáfadi:

O modelo esta no próprio site do MTUR, nos editais existentes.

10. É comum, por parte de entidades captadoras de eventos, o uso de portfólios de suas regiões. No caso da captação de recursos, sabe-se da necessidade de projetos. Qual o modelo de projeto mais recomendável (ou padrão) para essa captação junto aos governos? E junto às entidades, o modelo é o mesmo?

Finalmente, turismo é um bom negócio? Por quê? E para quem? As respostas a essas 3 últimas questões estão realmente inseridas na percepção dos governantes? Os Convention Bureau, excelentes instrumentos estaduais de captação de eventos, têm recebido recursos governamentais suficientes para o cumprimento de seu papel primordial? Neljanir da Silva Guimarães - Brasília - DF

Marcelo Sáfadi:

Para Governos, é bom ter um projeto bem elaborado, tecnicamente bem conduzido e com o plano de trabalho oficial; já no mercado privado, o que vale é a eficácia e clareza dos benefícios aos patrocinadores.

O turismo é um bom negócio coletivo, mas um negócio muito difícil para o empreendedor privado, pois é intensivo em envolvimento e com lucro relativamente baixo. No entanto, o trabalho é prazeroso, pois você fornece pessoas que estão em viagem, com muita disposição à felicidade. Para uma cidade o turismo é muito bom, pois ativa a economia - como um todo - e permite entrada de divisas.

Os conventions bureaus ainda não são plenamente reconhecidos, nem apoiados, pois o TRADE ainda não se formou no Brasil. Aqui ainda é cada um por si e Deus por todos. Precisamos de mais uns 10 anos, muitos cursos e bons gestores para firmar este chamado TRADE.

11. Depois da conclusão do **Plano Estratégico**, no nosso caso, do "**Circuito Serra do Cipó**", quais poderão ser nossos potenciais parceiros, para que possamos viabilizar os projetos economicamente? Seria, um deles, o próprio MTur? Dirceu Thomaz Rabelo - Dom Joaquim – MG

Paulo César Arns:

Caro Dirceu,

Não tenho condições de averiguar quais são os possíveis parceiros, mas posso ajudá-lo a ver quais seriam os parceiros estratégicos.

Cada Plano Estratégico tem um conjunto de sugestões de programas e projetos. Então as primeiras parcerias são as que podem nos ajudar a detalhar os programas e projetos, no nível tático, para captarmos recursos ou para que eles sejam implementados, contando com os recursos existentes no território.

Sobre cada programa ou projeto pode-se fazer o seguinte exercício:

Pode-se montar uma matriz de articulação interinstitucional onde inicialmente defino o projeto ou programa e, para cada um, faço as seguintes perguntas: quem são os beneficiários? Quem pode representá-los (de fato são eles mesmos que devem responder a esta pergunta definindo se querem participar e quem irá representá-los)? Quais são as entidades que podem contribuir com o projeto ou programa? Como elas podem contribuir?

Provavelmente, com estas respostas, você terá uma boa leitura de quem deve compor arranjo.

O passo seguinte é estabelecer os acordos entre as partes, definindo responsabilidades e registrá-las em acordos de cooperação ou semelhante.

Neste aspecto, creio que o MTur é um parceiro estratégico, principalmente no apoio aos programas e projetos, mas ele não estará presente no dia-a-dia da gestão do Plano.

Creio que é isto, abraços, PC

12. Gostaria de saber qual é a opinião e a importância sobre a criação de cluster para auxiliar no Plano Estratégico da regionalização do turismo? Osny Maciel Junior - São José – SC

Paulo César Arns:

Olá Osny,

Tenho a impressão de que o conceito de cluster, distritos industriais, arranjos produtivos locais (AOL), podem ser utilizados para apoiar o Plano. Mas pode-se prescindir destas nomenclaturas visto que elas normalmente designam uma organização de atores públicos e privados centrados em objetivos comuns para mudar a realidade. Portanto, utilizar ou não este conceito vai depender da realidade local, que pode aceitá-lo ou rejeitá-lo. O que deve ser analisado é se agregar mais um componente facilita o processo ou vai torná-lo ainda mais complexo.

Espero ter contribuído, abraços, PC

13. Marcelo, quais são projetos de turismo que estão sendo tratados como prioritários na liberação de recursos? São projetos de infra-estrutura do destino, qualificação do capital humano, realização de eventos, roteirização? Eles têm como foco as regiões com menor dinamismo econômico ou aquelas áreas prioritizadas como indutores de desenvolvimento regional? Alessandra Koerich de Souza - São José - SC

Marcelo Sáfy:

Para saber sobre isto é importante você procurar o Orçamento da União para o Ministério do Turismo. Lá você vai encontrar a disponibilidade financeira para cada uma das ações, sejam de infra ou de capacitação, ou seja, se tem dinheiro previsto, tem projeto aprovado; se não tem dinheiro previsto, esqueça. Agora, existem outras fontes, mas todas elas dependem de um padrinho, apoiador, alguém que sabe da fonte e que vai acompanhar o processo.

Veja no link:

http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/LOA/Elaboracao:PL?p_ano=2008

14. Como será o aproveitamento deste planejamento estratégico que os alunos do curso estão estruturando para o Ministério do Turismo? Ajudará também na distribuição de recursos do MTUR para os municípios? Principalmente os que ainda não são indutores? Luciano Soares - Nova Alvorada do Sul – MS

Paulo César Arns:

Olá Luciano,

Se você tiver a oportunidade de rever a Teleconferência, verá que a Laura Marques, do MTur respondeu a esta pergunta, mas posso fazer alguns adendos. O Plano que está sendo elaborado tem uma finalidade pedagógica, de aprendizagem, e não uma finalidade de compor uma lista de Planos a serem apoiados pelo MTur. O Curso não oportunizou aos alunos construir um plano, exercitando em campo todos os passos metodológicos sugeridos, mas possibilitou uma aprendizagem para que vocês pudessem dar continuidade ao seu processo de formação inserindo-se em processos concretos de planejamento. Sendo assim, o MTur deverá aproveitar o trabalho de vocês diretamente nos processos de planejamento (de iniciativa de diferentes organismos) na medida em que vocês poderão qualificar os processos da gestão (mobilização, sensibilização, planejamento, governança, monitoramento e avaliação). Com processos bem estruturados, o ministério está qualificando a demanda por seus serviços.

Não há, portanto, uma intencionalidade direta do MTur no aproveitamento dos Planos elaborados como trabalhos de conclusão do Curso, mas ao exigir o Plano como trabalho final, está contribuindo na formação de planejadores do turismo nas diferentes regiões brasileiras.

Abraços, PC

15. Quais são os pré-requisitos relevantes e vanguardeiros para um planejamento estratégico regionalizado entre municípios cornubados que têm potencialidades turísticas não exploradas? Elinildo Marinho Lima - Jaboatão dos Guararapes – PE

Paulo César Arns:

Olá Elinildo,

Não tenho certeza se entendi a tua pergunta, mas vamos lá...

Para regiões com potencialidades não exploradas, creio que os pré-requisitos são:

- juntar os que acreditam que a região tem potencialidades e que estas devem ser exploradas em benefício da região;**
- estabelecer um processo de discussão entre estes atores para definir um plano de trabalho;**
- Este plano de trabalho passa por juntar novos parceiros, ver como uma Instância de Governança pode ser iniciada (muito simples e pequena), e como pode ser montado um primeiro plano que sirva aos interesses dos que estão reunidos em torno da idéia de divulgar o turismo na região.**

Estes talvez sejam os passos iniciais para que se possa, no futuro, ter um plano melhor elaborado e uma Instância representativa.

No entanto, nada impede que, dependendo do número e da qualidade da parceria inicial, já se possa pensar em uma Instância de Governança mais estruturada e elaborar um Plano Estratégico mas detalhado.

Creio que é isto, abraços, PC

16. Como atrair e envolver empresas de médio e grande porte a ter interesse pelo atrativo fomentado e assegurar sua fidelidade com o projeto e transformar esta parceria numa célula captadora de recursos voltados ao turismo, à comunidade e aos atores envolvidos direta e indiretamente? Elinildo Marinho Lima - Jaboatão dos Guararapes - PE

Marcelo Sáfadi

É a mesma coisa que perguntar sobre como fazer um casamento duradouro. Não tem regra, mas vejamos: uma parceria depende, primeiramente, de interesses convergentes. Não adianta você procurar uma empresa que não tenha nenhuma ligação com seu destino.

É importante que se construa junto uma perspectiva de ganha – ganha. Hoje existe um espaço para inserir, nos programas de responsabilidade social, projetos de apoio às comunidades no entorno de um destino. Você, em Jaboatão, pode procurar as Indústrias Petroquímicas e Mineradoras, todas elas com grande impacto ambiental.

17. Olá! Gostaria de saber quais são os meios de conseguir verba para um projeto destinado a Copa do Mundo (que possivelmente terá jogos no Rio Grande do Sul). O projeto deve ser enviado para Governo do estado ou Governo Federal? Outra dúvida se este Plano Estratégico pode ser o projeto em si. Patrícia da Silva Machado - Esteio - RS

Marcelo Sáfadi

A copa do Mundo já atraiu a atenção de todos. É imprescindível que o projeto esteja vinculado a uma cidade-sede e ligado ao poder público. Acho muito difícil conseguir verbas para este fim sem ter estas duas características juntas.

O plano Estratégico é apenas uma orientação para as ações. Os projetos executivos devem estar dentro do Plano Estratégico, o que melhora sua justificativa. Mas lembrem, o Plano tem que ter uma adesão de todos. Plano de um só não é plano.

18. Gostaria de saber quais são as expectativas que vocês têm referente à copa de 2014? O Brasil está pronto para receber um evento desse porte? E qual é a possibilidade do Acre - em termos de turismo - receber um evento dessa estrutura? Franciele da Silva - Rio Branco - AC

Marcelo Sáfadi

Nenhum país nunca está pronto pra COPA do Mundo. Todos têm que se adequar, pois as necessidades ampliam de uma copa para outra. Mas acho que o Brasil tem todas as condições de atrair este evento.

Quanto ao maravilhoso ACRE, acho muito difícil, pois é fora das rotas aeronáuticas e tem infra-estrutura pequena. O Foco de vocês é seguir vendendo Amazônia, Seringueiro, Qualidade de Vida, e eventos sustentáveis.

19. Sabe-se que todos empresários planejam visando o lucro, quando a dificuldade é a de convencê-los que o roteiro turístico, em determinada região, seria de grande valia e rentabilidade financeira. Qual é a melhor maneira de envolver este(s) empresário(s) neste processo e alcançar o objetivo e apoio para início de um grande projeto? Wanderley Viana Machado - Santana do Livramento – RS

Paulo César Arns

Caro Wanderley,

O processo de sensibilização e mobilização é sempre bastante delicado, seja dos empresários, dos governos ou de agentes da sociedade civil. Cada qual tem suas sutilezas e não uma fórmula. Se for verdade o que você disse, que os empresários se movem pelo lucro, este é o ponto inicial de sua sensibilização. O empresariado se move pelo lucro, mas também pela imagem (que no final das contas reverte em lucro) e o fazem de duas formas: ou estão ligados diretamente à atividade turística e se mobilizarão, se for demonstrado que um esforço conjunto pode reverter em lucros; ou se mobilizarão através do que se chama de “responsabilidade social”, apoiando iniciativas que possam contribuir com a imagem da empresa junto à sociedade e, neste caso, se mobilizarão para apoiar iniciativas diversas, desde que possam usufruir desta vantagem.

Outro elemento é o comportamento do empresário. São poucos os empresários que se dispõem a construir conjuntamente uma proposta, mas não se negam a entrar de cabeça numa proposta convincente. Assim, deve haver sensibilidade por parte dos animadores para criar os momentos de acordo com o perfil dos participantes.

O mesmo ocorre com as prefeituras. Não se pode esperar que o prefeito passe muitos dias em oficinas e seminários discutindo o turismo, mas ele pode ser sensibilizado por uma proposta bem estruturada e com legitimidade social.

Para finalizar, chamo a atenção para o fato de que em alguns casos, prefeituras, segmentos sociais e empresariais podem não se mobilizar, pois o tipo de turismo a ser desenvolvido pode prejudicar seus interesses. Então, não se pode imaginar um processo onde todos estão fraternalmente unidos, pois sempre há conflitos de interesses. Neste caso, basta dizer que ninguém é imprescindível.

20. O Ministério do Turismo pode realizar alguma gestão junto ao Congresso Nacional, na busca de recursos para implementação de projetos do próprio Ministério que sejam baseados nos melhores planos estratégicos, desenvolvidos neste Curso? Gilberto Monforte Ramos - Cabo Frio - RJ

Paulo César Arns:

Esta é uma resposta para ser dada pelos membros do MTur. De antemão aponto três questões. Primeiro que, frente à crise, a tendência é haver diminuição de recursos e, portanto, o MTur deve encontrar dificuldades para ampliação de orçamento; segundo, que os planos para serem apoiados pelo MTur devem ser legitimados numa Instância de Governança regional e resultar de um processo de construção participativo com o conjunto dos atores do território; terceiro, que o acesso a recursos públicos deve se dar dentro de critérios amplos e transparentes, possibilitando a qualquer território acessar os recursos públicos, o que exigiria, no mínimo, que desde o início tivesse ficado claro que o MTur apoiaria os melhores projetos. Sendo assim, não vejo condições de que o MTur possa apoiar os melhores projetos.

No entanto gostaria de chamar a atenção para o fato de que o MTur está oportunizando o aprimoramento e qualificação de pessoas para trabalharem com o tema. E isto não é pouco. Além de que os projetos desenvolvidos por vocês - como trabalho de conclusão do Curso - podem e devem servir de referência para os trabalhos nos territórios, mas tendo clareza que eles são subsídios para o planejamento estratégico do território, visto que não foram construídos em processos participativos e, portanto, não tem legitimidade política para serem apoiados financeiramente (ainda)...

Abraços, PC

21. O Sr. Paulo Arns afirmou que temos que ter em mente que este plano elaborado pelos alunos é apenas o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), que nos servirá como aprendizado e como uma base para outros novos projetos. Depois ele afirmou que se numa região não existe um plano, talvez este planejamento poderá servir de alicerce à região que foi abordada, podendo assim, ser desenvolvido. Peço que ele explique que chances existem para isto ocorrer, e no caso do Distrito Federal, se haverá uma possibilidade de um plano bem elaborado, não de ser usado, mas aproveitado nas iniciativas já implantadas. Cláudia Gadelha - Brasília – DF

Paulo César Arns:

Olá Cláudio,

Apesar de residir em Brasília há quatro anos, estou um pouco distante do tema do turismo e sua dinâmica, visto que tenho me dedicado aos trabalhos com o MDA e com a Secretaria da Pesca. Portanto, não tenho condições de afirmar, no caso de Brasília, quais chances um Plano teria de ser aproveitado no que já vem sendo feito na região. De todo modo, creio que seja possível a inserção tua, ou do grupo de alunos que está pensando o Plano, nos grupos que estão coordenando os trabalhos no DF. Cabe a você e/ou grupo verificarem se entidades como SEBRAE, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo, BRASILIATUR, entre outras, estão tendo iniciativas com turismo e como vocês poderiam contribuir com as mesmas. Vocês devem ter sensibilidade de perceber se o TCC tem condições de contribuir com as iniciativas em Curso ou se, com o trabalho do TCC, vocês podem abrir uma nova frente de trabalho com Turismo.

O DF é bastante complexo e não é fácil imaginar que um trabalho de TCC possa servir de referência para o Plano Estratégico de desenvolvimento do turismo. No entanto, se o TCC é a materialização da visão que você e/ou o grupo tem do turismo no DF, isto é mais importante, pois, indiretamente, ele estará sendo utilizado no aprimoramento do que está sendo realizado na região, na medida em que vocês estiverem participando das iniciativas em curso.

Creio que é isto...

Abraços, PC

22. Gostaria que o Marcelo Sáfy falasse um pouco sobre contrapartida dos projetos. Luane Cristina Ferreira de Assis - Cabo Frio - RJ

Marcelo Sáfy

Contrapartidas são exigências legais. No Governo Federal é de 1% a 20%, dependendo do tipo do Projeto e do Tomador do recurso. As contrapartidas podem ser mensuradas do ponto de vista legal, mas os auditores do TCE, TCU não aceitam, e os gestores ficam com dificuldades em aceitar. Digite = contrapartidas nos projetos federais = no google e vai ter mais respostas.

23. Uma vez concluída a elaboração do Plano Estratégico, como gerenciar as ações de forma integrada? Caberia uma gestão contratada, com profissionais habilitados, para tal função? Shirley Suely de Camargo Damy - São Paulo – SP

Paulo César Arns:

Esta é uma condição muito variável. Cada Instância de Governança deve organizar a execução dos projetos de acordo com as condições que estão estabelecidas localmente.

A integração de ações cabe à Instancia de Governança, o que não cabe a ela é necessariamente a execução. Portanto, esta Instância pode liberar alguém com a função de secretaria executiva para acompanhar o conjunto das ações. Esta pessoa pode ser um voluntário ou um conjunto de voluntários; pode ser uma pessoa liberada por uma prefeitura ou órgão do governo estadual (existem muitas situações). No entanto – reforço, novamente - esta função é executiva no sentido de acompanhar a execução, pois a Instância de Governança não tem este papel.

Vejamos: cada Plano Estratégico tem um conjunto de sugestões de programas e projetos que necessitam ser implementados, daí a necessidade de um conjunto maior de participantes para implementar o que foi pensado no Plano.

Sobre cada programa ou projeto pode-se fazer o seguinte exercício:

Pode-se montar uma matriz de articulação interinstitucional onde inicialmente defino o projeto ou programa e para cada um são feitas as seguintes perguntas: quem são os beneficiários? Quem pode representá-los (de fato são eles mesmos que devem responder a esta pergunta definindo se querem participar e quem irá representá-los)? Quais são as entidades que podem contribuir com o projeto ou programa? Como ela pode contribuir?

Provavelmente, com estas respostas, se terá uma boa leitura de quem deve compor arranjo.

O passo seguinte é estabelecer os acordos entre as partes, definindo responsabilidades e registrá-las em acordos de cooperação ou semelhante.

Neste aspecto, creio que o MTur é um parceiro estratégico, principalmente no apoio aos programas e projetos, mas ele não estará presente no dia-a-dia da gestão do Plano.

Desta forma você tem - na esfera política (Instancia de Governança) - a coordenação política do processo e amplia, para novos arranjos organizacionais, a implementação de projetos.

Creio que é isto, abraços, PC

24. Referente às questões dos recursos fornecidos pelo fundo de turismo, por exemplo, bem como lei Rounaet, o projeto é aprovado por incentivo público mas as decisões estão inteiramente no poder da iniciativa privada. Existe alguma perspectiva de mudança para essa questão? Ou isso não passa de um grande sonho? Fernanda Curcio Sanches de Andrade - Florianópolis - SC

Marcelo Sáfadi

A regra é simples: o Governo libera um crédito pra você, mas você tem que convencer uma empresa a apoiá-la. Na verdade sempre vai ter que convencer alguém, desde Michelangelo - na Renascença - o artista já tinha que convencer seu mecenas. O ponto é que todo projeto demanda muito tempo, e às vezes desistimos no primeiro “não”. Também é importante pensar na sustentabilidade dos projetos. Acho que existe muito espaço para projetos privados e lucrativos com interesse social. Procure Mohamed Yunus, prêmio Nobel da Paz.

25. Referente às agências de desenvolvimento, elas devem ser de iniciativa do poder público ou da iniciativa privada? Lilia Maria Frota da Silveira - Fortaleza - CE

Marcelo Sáfadi

Olá Lilia,

Veja bem, uma agência de desenvolvimento pode ser de iniciativa tanto do poder público, como da iniciativa privada, ou de uma parceria público- privada. Há prós e contras em qualquer uma das três circunstâncias, não havendo, portanto, uma regra. Deve-se analisar o ambiente político local para se tomar a iniciativa, visto que é ele o determinante da viabilidade de uma agência.

Abraços, PC

Pra mim, as agências devem ser mistas, com a participação de público e do privado, mas a iniciativa privada tem que assumir a gestão, pois a agência deve garantir a continuidade de políticas públicas após a mudança dos governos.

26. Com um direcionamento contrário ao da visão da Regionalização, vários municípios da mesma região buscam consolidar o turismo local sem importa-se pela regionalização de forma isolada e até mesmo mesquinha. Como seria a conscientização desse trabalho, já que os fatores econômicos e políticos dos municípios muita vezes atrapalham esse trabalho? **Victor Luiz Martins Currales - São Gabriel do Oeste – MS**

Paulo César Arns:

Olá Victor,

Temos, no Brasil, uma longa história de fortalecimento ao município, com movimentos municipalistas e com uma constituição reconhecidamente mais municipalista. A própria idéia de desenvolvimento local, muito fortalecida nos últimos anos, reforçou a idéia de município, apesar de local ser uma escala arbitrária, podendo significar desde comunidade até microrregião.

Superar esta cultura, para incorporar valores de cooperação intermunicipal, levará algum tempo. A sensibilização se dá pela informação, portanto, é necessário fazê-los perceber as interdependências e as possibilidades de ganho na cooperação. Caso contrário, a tendência à individualidade permanecerá.

Abraços, PC

Marcelo Sáfydi:

No mato Grosso do Sul, os municípios são muito grandes, quase formam uma região. Uma região é a somatória de municípios e, às vezes, o momento é de fortalecer as unidades (município) para depois construir o Todo (região), mas só o tempo resolve isto. Na Espanha, as regiões já possuem mais de 30 anos de atuação conjunta, por isto o processo funciona. No Brasil, estamos começando. O Pantanal é um bom exemplo: o marketing é regional, mas a venda é municipal ou, às vezes, por empreendimento, mas a marca “Pantanal” é forte.